



MATEUS BRUXEL / AGÊNCIA RBS / AFP

Turboélice bateu em chaminé de prédio, depois atingiu o segundo andar de uma casa e, por fim, caiu numa loja que estava vazia e ficou destruída

Acidente aéreo — A16 e A17

Bimotor cai no centro de Gramado e deixa 10 mortos

Morreram o empresário Luiz Claudio Galeazzi, sete pessoas da família e um casal. Avião, pilotado por Galeazzi, havia decolado de Canela (RS) e ia para Jundiá (SP).

Recuperação de empresas

Família do ramo de reestruturações

Claudio Galeazzi, pai de Luiz, fez consultoria para Grupo Estado, BRF e Pão de Açúcar, entre outras. — A17

17

pessoas que estavam na área da queda tiveram de ser levadas ao hospital

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA — A7

Diferenças entre governadores e União travam PEC da Segurança

Governadores reivindicam maior controle sobre verba da União

Discutida há meses, a proposta do governo federal para melhorar a gestão da segurança pública no País está longe de consenso com governadores. O Planalto quer maior autonomia para enfrentar o crime organizado. Governadores são contra a ampliação de atribuições da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Também querem aumentar o controle sobre recursos

40 membros tem o Conselho Nacional de Segurança Pública, que formula diretrizes para políticas públicas

de União. A reação de Estados fez com que o texto da PEC voltasse para o gabinete do ministro Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública), após uma rodada de reuniões e recepção de propostas de entidades estaduais, municipais e setoriais. Os governadores de 26 unidades da Federação entregaram a Lewandowski um documento, elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conesp), sugerindo alterações na PEC. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), discordou e entregou uma versão própria do projeto. Lewandowski tenta chegar a um consenso entre as ideias sugeridas para tirar a proposta da gaveta.

E&N Perspectivas — B1

Economistas veem risco de perda de poder do BC para calibrar a economia

Dívida pública alta neutraliza intervenções do banco e “dominância fiscal” passa a integrar debates de especialistas.

E&N Entrevista — B3

‘Claramente, há reação exagerada do mercado’

EDUARDO GIANNETTI
Economista e filósofo

Para ele, Lula perdeu “batalha das expectativas” e governo precisa de “discurso único”.

E&N Mercado imobiliário — B6 e B7

Famosos investem em nova atividade e viram corretores de imóveis

A apresentadora Mara Maravilha e o ator Marcello Antônia estão entre os que passaram a atuar no ramo.

Américas — A12

Trump faz críticas a tarifas e ameaça reaver controle do Canal do Panamá

Segundo o presidente eleito dos EUA, hidrovia estratégica não deveria beneficiar outros países, em alusão à China.



PETER STAPLES / ATP TOUR

Boa promessa — A22

João Fonseca fatura Next Gen

Tenista brasileiro sai invicto de torneio com os 8 melhores do mundo de até 20 anos.

Tocantins — A20

Ponte desaba e deixa um morto e dez desaparecidos

Notas e informações — A3

O gabinete petista da desinformação

Carlos Pereira — A8

O ‘reembaralhamento’ da coalizão de Lula

Henrique Meirelles — B5

A missão para 2025

Antonio Penteado Mendonça — B11

DPVAT e SPVAT, uma decisão controversa

C2 Literatura — C1

Obra de Oswald de Andrade passa a ser de domínio público



(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PEC da Segurança vive impasse com divergências entre governo e Estados

— Governadores são contra ampliar funções da PF e PRF e querem maior controle sobre verba da União; texto apresentado por Lula no final de outubro voltou ao gabinete de Lewandowski

GUILHERME CAETANO
BRASÍLIA

Elaborada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como promessa de ajudar a resolver a gestão da segurança pública, a proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o tema virou um cabo de guerra. Enquanto o Palácio do Planalto quer maior autonomia para enfrentar o crime organizado, governadores são contra ampliar as atuais atribuições da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e tentam aumentar o controle sobre recursos da União.

A reação de Estados fez com que o texto voltasse para o gabinete do ministro Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) após passar por uma rodada de reuniões e recepção de propostas de entidades estaduais, municipais e setoriais, desde a reunião convocada por Lula com governadores, no fim de outubro. O ministério tenta chegar a um consenso entre as ideias sugeridas para tirar a proposta da gaveta. Procurada para comentar o impasse vivido pela PEC da Segurança Pública, a pasta de Lewandowski não respondeu.

Na semana passada, os governadores de 26 unidades da Federação entregaram ao titular da Justiça um documento elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps), sugerindo alterações na PEC. O único a discordar foi o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), que entregou versão própria do projeto.

Uma das mudanças substanciais sugeridas pelos governadores é priorizar a atuação conjunta e coordenada das polícias estaduais nos enfrentamentos de milícias, em detrimento da ideia de Lewandowski de fortalecer a atuação da PF.

DEMANDAS. O plano do Ministério da Justiça também passa por turbinar as competências da Polícia Rodoviária Federal, tornando-a uma corporação de caráter mais ostensivo, tal como as polícias militares – mas sem diminuir o poder estadual de policiamento, o que é motivo de desentendimento com os chefes de Executivos

Para entender

**Proposta é a mais ambiciosa para a área****• 'SUS da Segurança'**

O ponto central da PEC é incluir na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), a exemplo do que ocorre com o Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, o Ministério da Justiça poderia emitir diretrizes ao sistema para serem seguidas por todos os entes

• Polícia Federal

A proposta amplia as atribuições da PF, para que a corporação não fique restrita a cri-

mes de competência federal. A PEC autoriza a PF a atuar no combate não só a organizações criminosas, mas também a milícias

• Polícia Rodoviária Federal
A proposta fala ainda em aumentar as competências da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que seria convertida na chamada "Polícia Ostensiva Federal"

• Sugestões

Os governadores de 26 unidades da Federação entregaram ao Ministério da Justiça um documento com sugestões de alterações na PEC. O único a discordar foi Ronaldo Caiado (Goiás), que enviou uma versão própria do projeto



Lula durante reunião com governadores no Planalto, em outubro

estaduais.

Os governadores querem ainda garantir aportes mínimos nos dois fundos de financiamento da segurança pública (o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Peni-

Participação
Outra reivindicação dos Estados é mais espaço no Conselho Nacional de Segurança Pública

tenciário Nacional) e participação paritária dos Estados e Distrito Federal nos comitês gestores desses recursos – que hoje funcionam no âmbito do Ministério da Justiça. Eles também pedem subsídios fiscais aos entes que contribuírem com o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Integrantes do Ministério da Justiça se opõem a conferir aos governos estaduais poder de gestão sobre os repasses federais, uma vez que o diretor do fundo é quem se responsabiliza perante o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF). Eles alegam ser "juridicamente inviável" dividir a gestão do fundo, mas veem com bons olhos uma participação paritária em âmbito opinativo.

ESPAÇO. O Conselho Nacional de Segurança Pública, que formula diretrizes para políticas públicas, também entrou na mira dos governadores, que querem mais espaço no colegiado. Hoje, dos 40 membros do conselho, o governo federal tem 13 cadeiras; polícias civis e militares, Corpos de Bombe-

iros e secretários estaduais somam quatro lugares.

Secretário executivo do Conselho da Federação, colegiado criado pelo governo Lula para fortalecer o diálogo com Estados e municípios e vinculado à Secretaria de Relações Institucionais, Rafael Bruxellas disse haver atualmente um consenso na discussão da PEC: a necessidade de se constitucionalizar o Susp. Para ele, o maior nó a ser desatado é decidir quais pontos podem ser protelados para serem regulamentados após uma eventual aprovação da proposta.

"Tem uma disposição exacerbada de tentar resolver todo o problema da segurança pública (com a PEC). Ainda tem para dirimir o que de fato faz sentido ir para a Constituição Federal e o que é infraconstitucional. Tem Estado que acha que a forma de financiamento dos fundos tem que ser constitucional, tem Estado que acha que não", afirmou Bruxellas, incumbido de se reunir com entidades diferentes nos últimos dois meses para receber propostas.

Após uma participação crítica na reunião com Lula e os demais governadores no Planalto, Caiado é quem mais se coloca como opositor à PEC da Segurança. O governador de Goiás, para quem a proposta usurpa o poder dos Estados de atuarem na área, tem reiteradamente questionado o projeto. Ele vem se posicionando como possível candidato à Presidência da República em 2026, em que pese ter sido condenado recentemente na Justiça Eleitoral e se encontrar ilegível, o que pode ser revertido em instâncias superiores.

'SUBORDINAÇÃO'. A minuta paralela da PEC entregue por Caiado ao governo Lula enaltece estatísticas criminais de Goiás, ataca o que considera ser uma inaptidão da União para combater o crime organizado e pede mais dinheiro para construir e melhorar a infraestrutura prisional.

"É possível afirmar que a almejada reforma constitucional proposta pelo governo federal institui verdadeira relação de subordinação dos Estados e municípios à União em matéria de segurança pública,

quando o contrário é que deve ocorrer, em nome da descentralização, eficiência e, logo, mais democracia", diz o texto enviado por Caiado.

Secretário nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo defende a aprovação da PEC para traçar diretrizes gerais e avançar com medidas como a

"A almejada reforma constitucional proposta pelo governo federal institui verdadeira relação de subordinação dos Estados e municípios à União, quando o contrário é que deve ocorrer"

Ronaldo Caiado (União Brasil)
Governador de Goiás, em documento enviado ao Ministério da Justiça

"Tem uma disposição exacerbada de tentar resolver todo o problema da segurança pública (com a PEC). Ainda tem para dirimir o que de fato faz sentido ir para a Constituição Federal e o que é infraconstitucional!"

Rafael Bruxellas
Secretário executivo do Conselho da Federação, vinculado à Secretaria de Relações Institucionais

padronização de dados criminais, cujos critérios variam em cada Estado. Sem um banco de dados unificado de estatísticas, especialistas avaliam ser mais difícil definir estratégias para o combate à criminalidade.

"O que se percebe é uma preocupação muito grande (dos governadores) com algo que, na nossa visão, não deveria ser preocupação, que é a (suposta) invasão da autonomia dos Estados. A PEC, na verdade, quer apenas a possibilidade de coordenação no sentido de se possa traçar diretrizes genéricas, que seriam construídas no Conselho Nacional de Segurança Pública, para que o Brasil pudesse ter um pouco mais de unidade em seus projetos de segurança pública", afirmou Sarrubbo em entrevista à GloboNews na sexta-feira. ●